

IASP
INSTITUTO
DOS ADVOGADOS
DE SÃO PAULO

CARTILHA DE DIREITOS HUMANOS

Direitos das Pessoas com Deficiência

Igualdade, autonomia, acessibilidade
e participação social

Expediente editorial

SÃO PAULO - IASP

Diretoria – Triênio 2025-2027

ISBN

978-65-87082-45-5

DIRETORIA

Presidente: Diogo Leonardo Machado de Melo

Vice-Presidente: Marina Pinhão Coelho Araújo

Diretor Administrativo: Luiz Antonio Alves de Souza

Diretora Financeira: Paula Marcilio Tonani de Carvalho

Diretora Cultural: Heidi Rosa Florencio Neves

Diretor de Comunicação: Milton Flávio de A. C. Lautenschläger

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Presidente: Belisário dos Santos Júnior

ELABORAÇÃO

Camilla Varella

Heidi Rosa Florencio Neves

Vinícius Novo

José Paulo Naves

ILUSTRAÇÃO *

Camila Alli Chair

Artista dentro do Espectro Autista, que cedeu graciosamente suas imagens ao IASP.

www.iasp.org.br

EDITORA IASP

São Paulo
2016

Sumário

- Apresentação
- Introdução
- Histórico: Direitos Humanos e o novo paradigma da deficiência

FUNDAMENTOS

01 Quem é pessoa com deficiência

02 Igualdade, prioridade e não discriminação

SAÚDE & CUIDADO

03 Direito à saúde

EDUCAÇÃO & CULTURA

04 Direito à educação inclusiva

10 Cultura, esporte, turismo e lazer

AUTONOMIA & CIDADANIA

05 Capacidade civil, tomada de decisão apoiada e curatela

12 Autonomia, família e participação política

13 Identificação e comprovação de direitos

RENDA, TRABALHO & TRIBUTOS

06 Assistência social e previdência

08 Direito ao trabalho e proteção de familiares cuidadores

11 Benefícios fiscais

MOBILIDADE & ACESSIBILIDADE

07 Mobilidade e transporte

09 Acessibilidade, comunicação e tecnologia assistiva

PROTEÇÃO & JUSTIÇA

14 Proteção contra violência e capacitismo

15 Bullying

16 Punibilidade

17 Acesso à Justiça e providências diante da violação

Apresentação

É com enorme satisfação que apresento esta **Cartilha de Direitos das Pessoas com Deficiência**, uma das iniciativas mais emblemáticas e, para mim, mais significativas desta gestão do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP.

Há aqui algo que representa muito do que temos procurado construir no IASP: um Instituto atento às grandes questões do nosso tempo, capaz de lançar o **seu olhar** sobre políticas públicas de especial relevância social e de oferecer aquilo que temos de mais próprio — o olhar do Direito.

E o Direito mudou. Há muito superamos uma visão predominantemente patrimonialista, que colocava o patrimônio no centro das relações jurídicas. O Direito contemporâneo volta-se para a pessoa — para sua dignidade, sua autonomia, sua liberdade e para as condições concretas que permitam a cada indivíduo participar plenamente da vida em sociedade.

Poucos temas revelam de maneira tão clara essa transformação quanto os direitos das pessoas com deficiência.

Não basta reconhecer direitos em abstrato. É preciso remover barreiras, assegurar acessibilidade, promover autonomia e criar condições para que a igualdade exista na vida real. É precisamente essa a perspectiva adotada por esta Cartilha: a pessoa com deficiência como sujeito de direitos, e a dignidade, a autonomia, a acessibilidade e a participação social como elementos centrais da ordem jurídica.

Esse é também o **olhar IASP** que queremos fortalecer: identificar questões relevantes para a sociedade, estudá-las com rigor jurídico e transformar conhecimento em instrumento de cidadania. Trazer o Direito para onde a vida acontece.

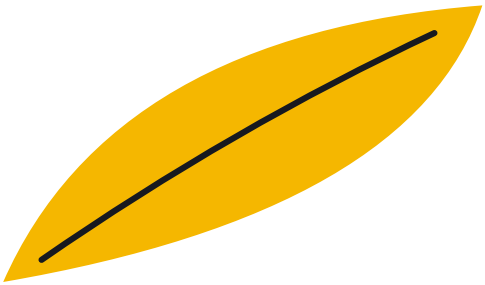
Esse tema, para mim, possui ainda uma dimensão pessoal. Sou marido de uma fonoaudióloga e, dentro de casa, aprendi há muitos anos a perceber questões que muitas vezes passam despercebidas. Celina sempre me chamou a atenção para as barreiras — algumas evidentes, outras silenciosas — que dificultam a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Quero registrar meu especial agradecimento ao **Belisário dos Santos Júnior**, Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos, pela liderança e sensibilidade com que conduz esses trabalhos; à **Camilla Varella**, pelo empenho e dedicação a esta iniciativa; e à nossa Diretora Cultural, **Heidi Rosa Florencio Neves**, cuja atuação tem sido fundamental para preservar e concretizar uma característica que distingue o IASP: sua vocação cultural e social, fazendo com que o conhecimento jurídico produzido no Instituto dialogue cada vez mais com a sociedade. Estendo meu reconhecimento a todos aqueles que contribuíram para que esta Cartilha se tornasse realidade.

Que ela circule, seja lida, consultada e compartilhada. Porque conhecer direitos é também uma forma de superar barreiras.

Se o Direito tem a pessoa como seu centro, é para ela que devemos dirigir o nosso olhar. E esse é, cada vez mais, o olhar do IASP.

Diogo Leonardo Machado de Melo
Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo



Introdução

Esta é uma cartilha dirigida àqueles que não têm fácil acesso aos instrumentos do Direito e da Justiça, mas precisam estar informados sobre os direitos das pessoas com deficiência.

A Comissão de Direitos Humanos do Instituto dos Advogados de São Paulo, por meio de seus integrantes, fez uma leitura mais objetiva e descomplicada dessas normas e dos aspectos civis e criminais envolvidos. E apresenta, agora, ao público de São Paulo cumprindo o dever de orientar e instruir os que ainda não dominam seus direitos.

Conhecer os seus direitos traz a dimensão da dignidade, da igualdade de oportunidades e da inclusão social que esses direitos significam. Os direitos à não discriminação, à acessibilidade, à educação inclusiva, entre outros, podem eliminar diferenças sociais indesejadas e implicar em maior segurança social de quem os detêm.

Todos devem participar da vida social em igualdade de condições. Esta Cartilha muito seguramente será um instrumento fundamental para esse objetivo.

A Comissão já tem uma tradição de ações desse tipo e vai continuar tratando de temas de Direitos Humanos que interessem ao público de São Paulo. Essa é a orientação do IASP. Fiquem atentos.

Belisário dos Santos Jr.
Presidente da Comissão de Direitos Humanos do IASP.

Fazer do direito uma forma para atingir a Justiça Social.

Comissão de Direitos Humanos do IASP

Como ler esta cartilha

Cores e ícones

Cada capítulo pertence a um dos 7 eixos. Cor e ícone o acompanham do início ao fim.

3.1. Seção

Seções numeradas

Os capítulos são divididos em seções, como 3.1 e 3.2, para facilitar a consulta.

(Lei nº 13.146/2015)

Base legal

Entre parênteses, em outra letra, estão as leis que garantem cada direito.

VOCÊ SABIA?

Destaques

Caixas como “Você sabia?” trazem informações práticas e pontos de atenção.

1 2 3

Infográficos

Resumem os temas em imagens. O passo a passo mostra o que fazer diante de uma negativa.

Ilustrações

O asterisco amarelo marca as ilustrações de Camila Alli Chair, artista dentro do Espectro Autista.

Aa Il1 O0

Tipografia

Atkinson Hyperlegible, do Braille Institute, feita para baixa visão: letras que não se confundem.

Papel recortado

Inspirado em Henri Matisse, que criou seus recortes trabalhando da cama e da cadeira de rodas.

HISTÓRICO · DESDE

1948



FUNDAMENTOS

Direitos Humanos e o novo paradigma da deficiência

Muito antes da Convenção e da LBI, os Direitos Humanos já fundamentavam a proteção da dignidade, da igualdade e da liberdade de todas as pessoas.

Muito antes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão, os Direitos Humanos já forneciam o fundamento ético e jurídico para a proteção da dignidade, da igualdade e da liberdade de todas as pessoas.

A Declaração Universal de 1948 afirmou que todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e vedou discriminações incompatíveis com o acesso universal aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, arts. 1º,2º, 7º, 22, 23, 25 e 26.)

No Brasil, a Constituição de 1988 consolidou a dignidade da pessoa humana, a igualdade material, a proibição de discriminações e a obrigação comum dos entes federativos de cuidar da saúde, da assistência, da proteção e da garantia das pessoas com deficiência. Na sequência, a Lei nº 7.853/1989 estruturou medidas de apoio e tutela coletiva em áreas como educação, saúde, trabalho, edificações e transporte, revelando que a pauta da deficiência já integrava o campo dos Direitos Humanos antes do marco internacional inaugurado em 2006.(Constituição Federal, arts. 1º, III, 3º, IV, 5º, caput, 23, II, 24, XIV, 203, IV e V, 208, III, e 227, § 1º, II; Lei nº 7.853/1989, arts. 1º e 2º)

A **Convenção da ONU**, aprovada pelo Congresso Nacional Brasileiro segundo o rito qualificado do art. 5º, § 3º, da Constituição, ingressou no direito brasileiro com equivalência de **emenda constitucional**. Ela inaugurou um novo paradigma ao substituir uma visão centrada na limitação individual por um modelo social e de Direitos Humanos, no qual a deficiência se torna juridicamente relevante na interação com barreiras físicas, comunicacionais, tecnológicas, atitudinais e institucionais. (Constituição Federal, art. 5º, § 3º; Decreto Legislativo nº 186/2008; Decreto nº 6.949/2009, Preâmbulo e arts. 1º a 5º)

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146 de 2015, internalizou e detalhou esse paradigma em âmbito infraconstitucional. A LBI reconhece a pessoa com deficiência como sujeito de direitos e determina que autonomia, capacidade civil, acessibilidade, participação social e igualdade de oportunidades orientem as políticas públicas, as relações privadas e a interpretação de toda a legislação.(Lei nº 13.146/2015, arts. 1º a 8º e 84; Decreto nº 6.949/2009, arts. 3º, 4º e 12)

Uma linha do tempo de direitos

1948 — **Declaração Universal dos Direitos Humanos**
Todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

1988 — **Constituição Federal**
Dignidade da pessoa humana, igualdade material e proibição de discriminações.

1989 — **Lei nº 7.853**
Medidas de apoio em educação, saúde, trabalho, edificações e transporte.

2006 — **Convenção da ONU**
Modelo social e de Direitos Humanos. No Brasil, tem equivalência de emenda constitucional.

2015 — **Lei Brasileira de Inclusão**
A pessoa com deficiência como sujeito de direitos: autonomia, acessibilidade e participação.

O que você vai encontrar

- Fundamentos
- Saúde & Cuidado
- Educação & Cultura
- Autonomia & Cidadania
- Renda, Trabalho & Tributos
- Mobilidade & Acessibilidade
- Proteção & Justiça

01 Quem é pessoa com deficiência

02 Igualdade, prioridade e não discriminação

03 Direito à saúde

04 Direito à educação inclusiva

05 Capacidade civil, tomada de decisão apoiada e curatela

06 Assistência social e previdência

07 Mobilidade e transporte

08 Direito ao trabalho e proteção de familiares cuidadores

09 Acessibilidade, comunicação e tecnologia assistiva

10 Cultura, esporte, turismo e lazer

11 Benefícios fiscais

12 Autonomia, família e participação política

13 Identificação e comprovação de direitos

14 Proteção contra violência e capacitismo

15 Bullying

16 Punibilidade

17 Acesso à Justiça e providências diante da violação

CAPÍTULO

01



FUNDAMENTOS

Quem é pessoa com deficiência

1.1. Conceito jurídico

1.2. Avaliação biopsicossocial

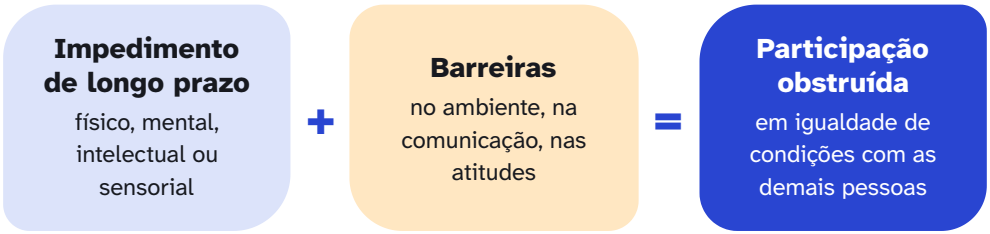
1.3. Barreiras e adaptações razoáveis

1.1. Conceito jurídico

Considera-se pessoa com deficiência aquela que possui **impedimento de longo prazo** de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O conceito jurídico, portanto, não depende apenas do nome da condição clínica, mas também dos efeitos concretos das barreiras sobre a vida da pessoa. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 1º; Lei nº 13.146/2015, art. 2º)

COMO A LEI DEFINE A DEFICIÊNCIA



Por isso o conceito não depende só do diagnóstico: contam os efeitos concretos das barreiras.

Algumas leis reconhecem expressamente determinadas condições para todos os efeitos legais, como ocorre com o transtorno do espectro autista. (Lei nº 12.764/2012), e a visão monocular (Lei nº 14.126/2021)

VOCÊ SABIA?

O transtorno do espectro autista e a visão monocular são reconhecidos por lei, para todos os efeitos legais.

Essas previsões específicas, porém, não reduzem a abrangência da LBI. Elas dialogam o conceito geral e acrescentam critérios próprios de cada política, benefício ou ação afirmativa.

1.2. Avaliação biopsicossocial

A inovação do novo paradigma da deficiência é a introdução do conceito da **avaliação biopsicossocial da deficiência**, que deve ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação, evitando-se decisões baseadas exclusivamente em diagnóstico ou código de doença. (Lei nº 13.146/2015, art. 2º, § 1º; Decreto nº 6.949/2009, arts. 1º e 26)

O QUE A AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL CONSIDERA

- **Funções e estruturas do corpo**
- **Fatores socioambientais, psicológicos e pessoais**
- **Limitação no desempenho de atividades**
- **Restrição de participação**

Feita por equipe multiprofissional e interdisciplinar — nunca só pelo código da doença.

1.3. Barreiras e adaptações razoáveis

O novo arcabouço legislativo relativo à deficiência trouxe importantes **conceitos** que passam a ser de observação mandatória na interpretação legal das garantias legais dessa população, são eles (i) as **barreiras** que impedem a plena participação na sociedade; e (ii) as **adaptações razoáveis** adequadas a cada indivíduo com deficiência.

Por barreiras temos quaisquer entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitem ou impeçam a participação social, o exercício de direitos, a acessibilidade, a liberdade de movimento e de expressão, a comunicação, o acesso à informação, a compreensão, a circulação com segurança e a autonomia. Elas podem ser urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e informações, atitudinais ou tecnológicas. (Lei nº 13.146/2015, art. 3º, IV)

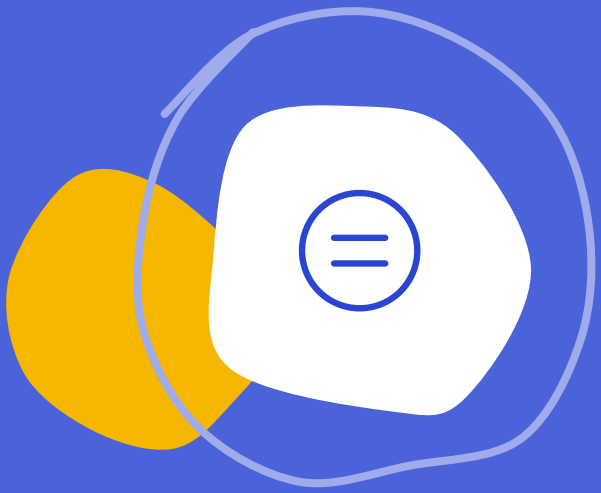
TIPOS DE BARREIRAS



Adaptações razoáveis são ajustes necessários e adequados a uma situação individual, desde que não imponham ônus desproporcional ou indevido. A recusa injustificada de adaptação razoável ou de tecnologia assistiva é forma de discriminação, ainda que não exista intenção declarada de excluir a pessoa. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 2º; Lei nº 13.146/2015, arts. 3º, VI, e 4º, § 1º)

CAPÍTULO

02



FUNDAMENTOS

Igualdade, prioridade e não discriminação

A pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades e não pode sofrer distinção, restrição, exclusão ou omissão que prejudique seus direitos.

A pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades e não pode sofrer distinção, restrição, exclusão ou omissão que prejudique o reconhecimento ou o exercício de seus direitos.

Essa proteção alcança atos praticados tanto pelo poder público quanto por pessoas, empresas, escolas, hospitais, empregadores, condomínios e prestadores de serviços privados. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 5º; Lei nº 13.146/2015, arts. 4º, 5º e 8º)

É garantido à pessoa com deficiência prioridade na proteção e no socorro, no atendimento ao público, no acesso a recursos humanos e tecnológicos, nos serviços de transporte, na comunicação, na restituição do imposto de renda e na tramitação de processos e procedimentos administrativos e judiciais.

Nos serviços de emergência em saúde, a ordem de atendimento segue os protocolos médicos de gravidade. (Lei nº 13.146/2015, art. 9º; Lei nº 10.048/2000, art. 1º)



ⓘ **VOCÊ SABIA?**



O cordão de girassol identifica deficiências ocultas.

O uso é opcional. Não usar o cordão não elimina nenhum direito — e usá-lo não dispensa documento quando a lei ou o procedimento exigir.

Base legal: Lei nº 13.146/2015, art. 2º-A, incluído pela Lei nº 14.624/2023

ⓘ VOCÊ SABIA?



A fita quebra-cabeça sinaliza a prioridade da pessoa com TEA.

O símbolo pode aparecer nas placas de atendimento prioritário. A Ciptea, carteira gratuita, facilita o acesso — mas não é exigência para garantir direitos.

Base legal: Lei nº 12.764/2012, arts. 1º, § 3º, e 3º-A, incluídos pela Lei nº 13.977/2020

CAPÍTULO

03



SAÚDE & CUIDADO

Direito à saúde

3.1. Habilitação, reabilitação e atendimento pelo SUS

3.2. Planos e seguros de saúde

3.3. Consentimento, acompanhante e comunicação acessível

3.1. Habilitação, reabilitação e atendimento pelo SUS

A pessoa com deficiência tem direito a processos de habilitação e reabilitação destinados ao desenvolvimento de potencialidades físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, profissionais e artísticas, com o objetivo de ampliar autonomia e participação social.

Os serviços devem ser organizados a partir de avaliação multidisciplinar, diagnóstico e intervenção precoces, atuação intersetorial e oferta próxima ao domicílio sempre que possível. (Lei nº 13.146/2015, arts. 14 e 15; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 26)

O SUS deve assegurar atenção integral em todos os níveis de complexidade, acesso universal e igualitário, atendimento domiciliar quando cabível, campanhas acessíveis, oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais conforme as normas e protocolos aplicáveis. (Constituição Federal, arts. 196 e 198; Lei nº 13.146/2015, arts. 18 a 21 e 73-A; Lei nº 8.080/1990, arts. 2º, 6º e 7º)

O SUS DEVE OFERECER

- **Órteses**
- **Próteses**
- **Meios auxiliares de locomoção**
- **Medicamentos**
- **Insumos**
- **Fórmulas nutricionais**

Conforme as normas e os protocolos aplicáveis.

Os serviços do SUS e do Sistema Único de Assistência Social devem atuar de modo articulado e fornecer à pessoa com deficiência e à sua família informações sobre políticas públicas, serviços e formas de acesso.

A informação deve ser clara e oferecida em formatos de comunicação adequados às necessidades da pessoa. (Lei nº 13.146/2015, arts. 17, 18, § 4º, VIII, e 24)

3.2. Planos e seguros de saúde

É proibido impedir o ingresso de pessoa com deficiência em plano privado de assistência à saúde ou cobrar valores diferenciados em razão da deficiência.

A cobertura deve observar o segmento contratado, o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde e as diretrizes vigentes da ANS. Tratamentos não incluídos no Rol também podem ter cobertura obrigatória quando preenchidos os critérios legais de eficácia baseada em evidências ou de recomendação por órgãos técnicos reconhecidos, razão pela qual a negativa deve ser sempre solicitada por escrito e analisada no caso concreto. (Lei nº 9.656/1998, art. 10, §§ 12 e 13, com redação da Lei nº 14.454/2022)

Recebeu uma negativa do plano? Peça sempre a justificativa por escrito — ela é a base para analisar o seu caso.

3.3. Consentimento, acompanhante e comunicação acessível

O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para tratamento, procedimento, hospitalização ou pesquisa, salvo situações de risco de morte e emergência. A pessoa com deficiência não pode ser submetida à institucionalização ou intervenção forçada apenas em razão da deficiência. (Lei nº 13.146/2015, arts. 11 a 13; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, arts. 12, 14, 15 e 17)

A pessoa com deficiência internada em hospitais ou em observação tem direito a acompanhante ou atendente pessoal em tempo integral. Se a permanência for impossível, o profissional responsável deve justificar a restrição por escrito, e a instituição deve adotar providências para suprir o apoio necessário. (Lei nº 13.146/2015, art. 22)

Hospitais, clínicas e profissionais devem assegurar acessibilidade física e comunicacional, inclusive Libras, recursos de comunicação alternativa e aumentativa, tecnologias assistivas e formatos acessíveis de informação. (Lei nº 13.146/2015, arts. 6º, 18, § 2º, 24 e 25; Decreto nº 6.949/2009, arts. 9º, 12 e 21)

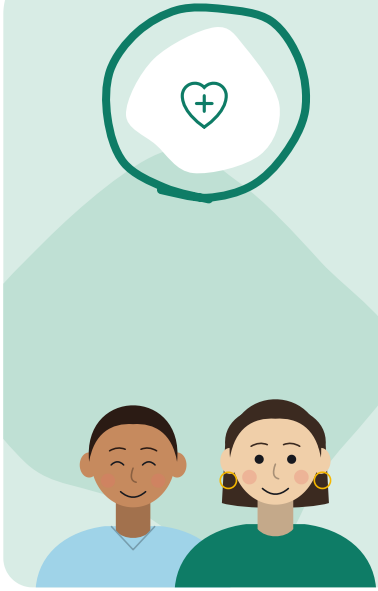
NO HOSPITAL, A PESSOA COM DEFICIÊNCIA TEM DIREITO A

Consentimento

prévio, livre e esclarecido para tratamento, internação ou pesquisa

Comunicação acessível

Libras, comunicação alternativa e tecnologias assistivas



Internação com acompanhante

A pessoa com deficiência internada ou em observação tem direito a **acompanhante ou atendente pessoal em tempo integral**.

Se não for possível, o hospital deve **justificar por escrito** e garantir outro apoio.

CAPÍTULO

04



EDUCAÇÃO & CULTURA

Direito à educação inclusiva

4.1. Matrícula, permanência e aprendizagem

4.2. AEE, estudo de caso, PAEE e PEI

4.3. Profissional de apoio escolar

4.4. Acessibilidade curricular, linguística e no ensino superior

4.1. Matrícula, permanência e aprendizagem

A **educação é direito da pessoa com deficiência** e deve ser assegurada em sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades, com aprendizado ao longo da vida.

O dever jurídico não se limita à matrícula: abrange **acesso, permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento de talentos** e será garantida mediante a eliminação das barreiras que produzem exclusão. (Constituição Federal, arts. 205, 206, I, e 208, III; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 24; Lei nº 13.146/2015, arts. 27 e 28)

A recusa, suspensão, procrastinação, cancelamento ou cessação da matrícula motivada pela deficiência é ilícita e configura crime.

As garantias relativas à educação da pessoa com deficiência devem ser observadas tanto por instituições públicas como pelos estabelecimentos de ensino privados, em todos os cursos e graus de ensino. (Lei nº 7.853/1989, art. 8º, I; Lei nº 12.764/2012, art. 7º; Lei nº 13.146/2015, arts. 27 e 28)

As **instituições privadas** devem cumprir integralmente as obrigações de inclusão **e não podem cobrar valores adicionais** de matrícula, mensalidade ou qualquer outra natureza para custear acessibilidade, adaptações razoáveis, profissional de apoio ou demais medidas necessárias. (Lei nº 13.146/2015, art. 28, § 1º; Supremo Tribunal Federal, ADI 5.357)

4.2. AEE, estudo de caso, PAEE e PEI

O **Atendimento Educacional Especializado - AEE** é atividade pedagógica complementar à escolarização das pessoas com deficiência. O AEE deve ser oferecido associado à frequência do aluno na classe comum, e sua oferta deve estar integrada ao projeto político-pedagógico da escola, com **participação do estudante e da família**. (Decreto nº 12.686/2025, arts. 5º, 7º e 8º; Lei nº 13.146/2015, art. 28, III)

O estudo de caso deve identificar demandas, barreiras, potencialidades, apoios e recursos de acessibilidade. O resultado fundamenta o **Plano de Atendimento Educacional Especializado - PAEE** e o **Plano Educacional Individualizado - PEI**, documentos pedagógicos individualizados, obrigatórios e de atualização contínua, destinados a orientar a sala comum, o AEE, as atividades colaborativas e a articulação intersetorial. (Decreto nº 12.686/2025, arts. 11 e 12, com redação do Decreto nº 12.773/2025)

4.4. Acessibilidade curricular, linguística e no ensino superior

A inclusão exige currículo, métodos, materiais, avaliações, comunicação e ambiente acessíveis, com oferta de recursos de tecnologia assistiva e adaptações razoáveis.

Em processos seletivos e no ensino superior devem ser asseguradas provas acessíveis, dilação de tempo quando necessária, critérios de avaliação que considerem a singularidade linguística e recursos de acessibilidade solicitados pelo candidato ou estudante. (Lei nº 13.146/2015, arts. 28, II, V, VI, XII e XIII, e 30; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 24)

Às pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva sinalizantes deve ser garantida educação bilíngue em Libras como primeira língua e português escrito como segunda língua, respeitadas a identidade linguística, a cultura surda e as escolhas educacionais juridicamente protegidas. (Lei nº 9.394/1996, arts. 60-A e 60-B; Lei nº 10.436/2002; Decreto nº 5.626/2005; Lei nº 13.146/2015, art. 28, IV)

Escola inclusiva: o que a lei garante

COMO FUNCIONA O APOIO AO ESTUDANTE

1
Estudo de caso
Identifica barreiras, potencialidades e apoios necessários.

2
PAEE e PEI
Planos individualizados, obrigatórios e sempre atualizados.

3
Na prática
Sala comum, AEE e profissional de apoio, quando necessário.

VALE PARA ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Matrícula garantida
Recusar, suspender ou cancelar a matrícula por causa da deficiência é crime.

Sem cobrança extra
Escola privada não pode cobrar a mais por acessibilidade ou apoio.

Sem exigir laudo
O AEE e o profissional de apoio não dependem de laudo médico.

Apoio não substitui
O profissional de apoio não substitui o professor regente nem o do AEE.

Provas acessíveis
Com tempo adicional quando necessário, inclusive no ensino superior.

Libras como 1ª língua
Educação bilíngue para estudantes surdos sinalizantes.

CAPÍTULO

05



AUTONOMIA & CIDADANIA

Capacidade civil, tomada de decisão apoiada e curatela

A deficiência não afeta, por si só, a plena capacidade civil.

A deficiência não afeta, por si só, a plena capacidade civil. A pessoa com deficiência pode casar, constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, decidir sobre filhos, conservar a fertilidade, exercer direitos familiares e participar de atos da vida civil em igualdade de condições com as demais pessoas. (Lei nº 13.146/2015, arts. 6º e 84; Código Civil, arts. 3º e 4º)

A tomada de decisão apoiada permite que a própria pessoa escolha pelo menos duas pessoas idôneas e de sua confiança para auxiliá-la na compreensão e na prática de atos da vida civil, sem substituição de sua vontade. O apoio é formalizado judicialmente, com limites, compromissos e prazo definidos no termo apresentado ao juiz. (Código Civil, art. 1.783-A; Lei nº 13.146/2015, art. 84, § 2º)

Quando houver dificuldade comprovada de manifestação de vontade é possível ajuizar ação para concessão da Curatela, que configura medida protetiva, proporcional às necessidades do caso e limitada, em regra, aos atos de natureza patrimonial e negocial. Não alcança automaticamente direitos ao corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, e deve preservar a da autonomia da pessoa. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 12, Lei nº 13.146/2015, arts. 84 a 87; Código Civil, arts. 1.767 e seguintes)

Apoio sem perder a autonomia

Regra: a deficiência, por si só, não afeta a capacidade civil.

Tomada de decisão apoiada

A pessoa escolhe ao menos **duas pessoas de confiança** para ajudá-la. A decisão continua sendo dela.

Curatela, só como exceção

Em regra, vale para **bens e negócios**. Não alcança voto, saúde, trabalho, corpo e família.

CAPÍTULO

06



RENDA, TRABALHO & TRIBUTOS

Assistência social e previdência

6.1. Benefício de Prestação Continuada – BPC

6.2. Auxílio-inclusão

6.3. Aposentadoria da pessoa com deficiência

6.1. Benefício de Prestação Continuada - BPC

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) BPC prevê um benefício assistencial, independe de contribuições ao INSS, destinado às pessoas com deficiência com comprovada situação de vulnerabilidade econômica.

Trata-se do Benefício de Prestação Continuada (BPC), equivalente a um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência de qualquer idade que não possua meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela família. (Constituição Federal, art. 203, V; Lei nº 8.742/1993, art. 20; Decreto nº 6.214/2007)

O critério legal básico de renda familiar mensal per capita é igual ou inferior a ¼ (um quarto do salário mínimo). A análise da vulnerabilidade pode considerar também o grau da deficiência, a dependência de terceiros e o comprometimento do orçamento familiar com gastos indispensáveis de saúde e cuidado não fornecidos pelo poder público, observados os requisitos legais e regulamentares. (Lei nº 8.742/1993, art. 20, §§ 3º, 11 e 11-A, e art. 20-B, com redação da Lei nº 14.176/2021)

A concessão exige inscrição atualizada no Cadastro Único (CadÚnico) e avaliação da deficiência e dos impedimentos de longo prazo segundo os procedimentos do INSS. (Lei nº 8.742/1993, art. 20, §§ 2º, 6º, 12 e 14; Decreto nº 6.214/2007)

6.2. Auxílio-inclusão

A pessoa com deficiência moderada ou grave que recebe ou recebeu BPC e ingressa em atividade remunerada pode ter direito ao auxílio-inclusão, correspondente a meio salário mínimo, desde que preencha os requisitos legais, inclusive limite remuneratório e critérios de renda.

O benefício busca favorecer a inclusão no trabalho sem desproteger quem deixa o BPC em razão da atividade remunerada. (Lei nº 8.742/1993, arts. 26-A a 26-H, incluídos pela Lei nº 14.176/2021; Lei nº 13.146/2015, art. 94)

6.3. Aposentadoria da pessoa com deficiência

A pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social pode obter aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição segundo requisitos diferenciados. A concessão depende da comprovação da deficiência e, conforme a modalidade, de seu grau e do período trabalhado nessa condição, mediante avaliação própria do INSS. (Constituição Federal, art. 201, § 1º, I; Lei Complementar nº 142/2013; Decreto nº 3.048/1999, arts. 70-A a 70-J)

Três benefícios, três momentos

BPC

1 salário mínimo

por mês, para qualquer idade

PARA TER DIREITO

- Renda familiar de até **¼ do salário mínimo** por pessoa (critério básico)
- Inscrição atualizada no **CadÚnico**
- Avaliação da deficiência pelo **INSS**
- **Não** exige contribuição ao INSS

Passou a trabalhar com remuneração?

Auxílio-inclusão

½ salário mínimo

Para quem recebe ou já recebeu o BPC, tem deficiência moderada ou grave e começa a trabalhar, dentro dos limites da lei.

Aposentadoria da pessoa com deficiência

Por idade ou tempo de contribuição, com **requisitos diferenciados**, conforme o grau da deficiência avaliado pelo INSS.

VOCÊ SABIA?

Seus direitos no caminho

Ônibus, metrô e trem

Veículos, estações e terminais acessíveis, com atendimento prioritário e embarque sem barreiras.

Viagens entre estados

Passe livre no transporte coletivo interestadual para quem comprova vulnerabilidade econômica.

Na sua cidade e no seu estado

Os benefícios dependem de lei local: consulte as regras do Estado e do Município.

Avião

Atendimento prioritário e assistência. Se precisar de acompanhante, ele tem desconto mínimo de 80% na passagem.

Carro em São Paulo

Isenção do rodízio municipal, mediante cadastro. Confira os requisitos no Portal SP156.

CAPÍTULO

07



MOBILIDADE & ACESSIBILIDADE

Mobilidade e transporte

A mobilidade é condição para o exercício de outros direitos.

A mobilidade é condição para o exercício de outros direitos e por isso os sistemas de transporte coletivo, terminais, estações, pontos de parada, veículos e serviços devem ser acessíveis, seguros e utilizáveis com autonomia, inclusive mediante atendimento prioritário e eliminação de barreiras no embarque e desembarque. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, arts. 9º e 20; Lei nº 13.146/2015, arts. 46 a 52; Lei nº 10.098/2000)

A pessoa com deficiência comprovadamente vulnerável economicamente tem direito a passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual, observados os critérios e procedimentos regulamentares. Benefícios em transporte municipal e intermunicipal dependem de legislação local, por isso devem ser consultadas as regras do Estado e do Município de residência. (Lei nº 8.899/1994, art. 1º; Decreto nº 3.691/2000)

No transporte aéreo, a pessoa com deficiência, por ter necessidade de assistência especial durante o vôo, tem direito a atendimento prioritário e às assistências previstas pela ANAC e mediante a demonstração de impossibilidade de compreensão das instruções de segurança, ou de necessidade de auxílio realização das necessidades fisiológicas, o acompanhante pessoal da pessoa com deficiência deve receber desconto mínimo de 80% sobre a tarifa paga pela pessoa acompanhada. (Resolução ANAC nº 280/2013, arts. 9º, 27 e 28)

No Município de São Paulo, veículos conduzidos por pessoas com deficiência ou que as transportem podem obter isenção do Rodízio Municipal, mediante cadastro e documentação exigidos pela autoridade de trânsito. Como se trata de benefício local, os requisitos e a validade devem ser conferidos no Portal SP156 antes do pedido. (Decreto Municipal nº 58.584/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.604/2019; Portaria SMT/DSV nº 33/2019 e alterações).

CAPÍTULO

08



RENDA, TRABALHO & TRIBUTOS

Direito ao trabalho e proteção de familiares cuidadores

8.1. Ambiente de trabalho inclusivo

8.2. Horário especial para servidores cuidadores

8.1. Ambiente de trabalho inclusivo

A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de livre escolha, em ambiente acessível e inclusivo, com igualdade de oportunidades, remuneração igual por trabalho de igual valor, acesso a capacitação, carreira e promoção. É proibida discriminação no recrutamento, na contratação, nos exames ocupacionais, na permanência e na ascensão profissional, bem como a exigência genérica de aptidão plena. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 27; Lei nº 13.146/2015, arts. 34 a 38)

Empresas com cem ou mais empregados devem preencher de 2% a 5% de seus cargos com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social. A dispensa imotivada em contrato por prazo indeterminado, quando aplicável a reserva legal, somente pode ocorrer após a contratação de outro trabalhador com deficiência ou reabilitado. (Lei nº 8.213/1991, art. 93)

Concursos e seleções públicas devem reservar vagas e oferecer adaptações, tecnologias assistivas, provas acessíveis e critérios de avaliação compatíveis com as necessidades do candidato. (Constituição Federal, art. 37, VIII; Lei nº 8.112/1990, art. 5º, § 2º; Decreto nº 9.508/2018; Lei nº 13.146/2015, art. 34, § 3º)

8.2. Horário especial para servidores cuidadores

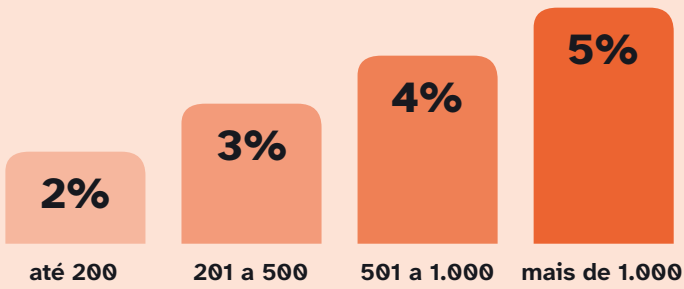
O servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência pode obter horário especial sem compensação, quando comprovada a necessidade. O direito também alcança o próprio servidor com deficiência, segundo a disciplina do regime jurídico federal. (Lei nº 8.112/1990, art. 98, §§ 2º e 3º; Lei nº 13.370/2016)

O Supremo Tribunal Federal reconheceu que a regra federal se aplica, por analogia, aos servidores estaduais e municipais quando inexistir legislação local equivalente, assegurando redução da jornada sem diminuição de vencimentos e sem compensação nas condições fixadas no caso concreto. (Supremo Tribunal Federal, Tema 1.097 da repercussão geral, RE 1.237.867)

Para trabalhadores da iniciativa privada, ainda não existe regra federal geral equivalente que assegure automaticamente **redução de jornada ao familiar cuidador**. Podem existir direitos em convenções coletivas, políticas empresariais, leis locais aplicáveis a categorias específicas ou soluções judiciais individualizadas, cuja viabilidade depende das circunstâncias concretas. (Constituição Federal, arts. 7º, XXVI, e 227; Decreto nº 6.949/2009, arts. 7º e 23; Consolidação das Leis do Trabalho)

Trabalho com igualdade

COTA NAS EMPRESAS COM 100 OU MAIS EMPREGADOS



NO TRABALHO, É PROIBIDO DISCRIMINAR

- no recrutamento
- na contratação
- nos exames
- na permanência
- na promoção
- exigir “aptidão plena”

HORÁRIO ESPECIAL PARA QUEM CUIDA DE FAMILIAR COM DEFICIÊNCIA

Servidor federal
Tem direito
Horário especial sem compensação.

Servidor estadual ou municipal
Tem direito
Pelo STF, quando não houver lei local.

Iniciativa privada
Depende
De convenção coletiva, da empresa ou de decisão judicial.

Muitas formas de se comunicar

A pessoa com deficiência escolhe como prefere se comunicar — e essa escolha deve ser respeitada na saúde, na educação, na justiça, nos bancos e no comércio.

- **Libras**
- **Braille**
- **Letras ampliadas**
- **Linguagem simples**
- **Leitura fácil**
- **Comunicação alternativa**
- **Sistemas auditivos**
- **Voz digitalizada**
- **Recursos multimídia**

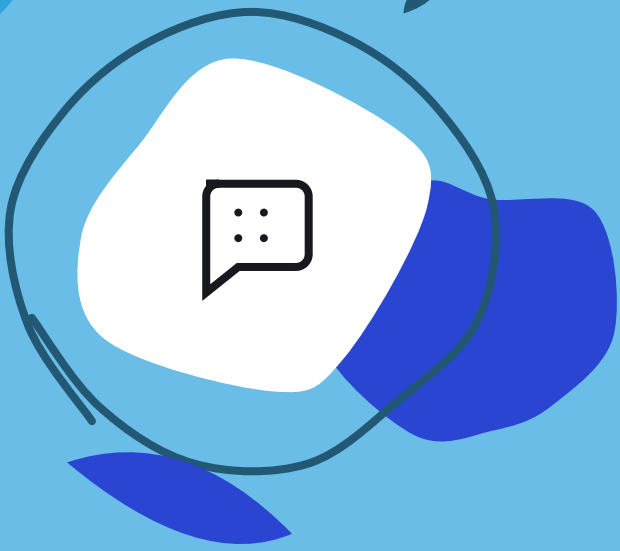
NA TV, NO CINEMA E NA INTERNET

- **Legenda**
  Para quem não ouve o áudio.
- **Janela de Libras**
  Intérprete na tela.
- **Audiodescrição**
  Narração do que aparece na imagem.

Base legal: Lei nº 13.146/2015, arts. 3º, V, 63, 67, 68 e 69; Lei Lei nº 10.436/2002

CAPÍTULO

09



MOBILIDADE & ACESSIBILIDADE

Acessibilidade, comunicação e tecnologia assistiva

A acessibilidade permite à pessoa com deficiência viver de forma independente e exercer a cidadania.

9.1. Moradia acessível e vida na comunidade

A acessibilidade é direito que permite à pessoa com deficiência a viver de forma independente e exercer cidadania. Edificações abertas ao público, vias, espaços urbanos, mobiliário, serviços, transportes e instalações devem observar normas de acessibilidade, desenho universal e adaptações razoáveis, sem transferir à pessoa com deficiência o custo ordinário da remoção de barreiras. (Lei nº 13.146/2015, arts. 53 a 60; Lei nº 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004)

As melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente, como subtitulação, janela de Libras e audiodescrição devem ser garantidas no Brasil no universo digital, nos serviços de telecomunicações, radiodifusão e conteúdos audiovisuais. (Lei nº 13.146/2015, arts. 63, 67 e 69)

A comunicação acessível abrange Libras, Braille, caracteres ampliados, **linguagem simples**, leitura fácil, comunicação alternativa e aumentativa, dispositivos multimídia, sistemas auditivos, voz digitalizada e outros meios escolhidos pela pessoa. A preferência comunicacional deve ser respeitada em serviços públicos e privados, inclusive saúde, educação, justiça, bancos e relações de consumo. (Lei nº 13.146/2015, art. 3º, V e XV, e arts. 24, 62, 68 e 80; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 15.249/2025)

9.1. Moradia acessível e vida na comunidade

A pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, à residência inclusiva quando necessária e à vida em comunidade, com liberdade para escolher onde e com quem viver.

Programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos devem reservar percentual mínimo de unidades e adotar critérios de acessibilidade definidos em lei. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, arts. 19 e 28; Lei nº 13.146/2015, arts. 31 a 33; Decreto nº 9.451/2018)

3% das unidades de programas habitacionais públicos, **no mínimo,** são reservadas a pessoas com deficiência, com acessibilidade

- **Liberdade para escolher onde e com quem viver**
- **Moradia digna e residência inclusiva, quando necessária**

CAPÍTULO

10



EDUCAÇÃO & CULTURA

Cultura, esporte, turismo e lazer

A pessoa com deficiência tem direito de participar da vida cultural, esportiva, turística e de lazer em igualdade de oportunidades.

A pessoa com deficiência tem direito de participar da vida cultural, esportiva, turística e de lazer em igualdade de oportunidades.

Para tanto devem ser garantidos bens e atividades em formatos acessíveis, acesso a locais de eventos, monumentos, museus, cinemas, teatros, bibliotecas, instalações esportivas, hotéis e serviços turísticos, com espaços e assentos adequados e sem segregação indevida. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 30; Lei nº 13.146/2015, arts. 42 a 45)

Nos eventos artístico-culturais e esportivos abrangidos pela legislação federal, a **pessoa com deficiência tem direito à meia-entrada**, e o **benefício se estende ao acompanhante** quando sua presença for necessária. (Lei nº 12.933/2013, art. 1º, § 8º; Decreto nº 8.537/2015, art. 6º)



Meia-entrada para você — e para o acompanhante, quando necessário.

Acesso garantido, com assentos adequados e sem segregação:

- Museus
- Cinemas
- Shows e teatros
- Bibliotecas
- Esportes
- Hotéis e turismo

CAPÍTULO

11



RENDA, TRABALHO & TRIBUTOS

Benefícios fiscais

Veículos, imposto de renda e tributos estaduais: benefícios que dependem de requisitos e devem ser conferidos nos portais oficiais.

A legislação federal prevê isenção de IPI para aquisição de veículo por pessoas enquadradas nas categorias e condições legais, e a isenção de IOF possui alcance mais restrito.

Com a reforma tributária, a Lei Complementar nº 214/2025 instituiu alíquota zero de IBS e CBS na aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional por pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental ou intelectual e por pessoas com transtorno do espectro autista, diretamente ou por intermédio de representante legal. O benefício está sujeito aos requisitos relativos ao adquirente e ao veículo, ao prévio reconhecimento pela administração tributária e aos limites legais de valor: o preço do automóvel não pode ultrapassar R$ 200.000,00, incluídos os tributos, e a alíquota zero incide somente sobre a parcela de até R$ 70.000,00. Também devem ser observados o prazo mínimo para nova aquisição e as restrições à transferência do veículo. Esses valores e requisitos poderão ser atualizados ou regulamentados, devendo ser conferidos nos portais oficiais antes da compra. (Emenda Constitucional nº 132/2023; Lei Complementar nº 214/2025, art. 149 e alterações da Lei Complementar nº 227/2026)

Em agosto de 2026, no julgamento conjunto das ADIs nº 7.779 e nº 7.790, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucionais as restrições que limitavam o benefício às pessoas com deficiência mental ou intelectual "severa ou profunda" e às pessoas com transtorno do espectro autista "moderado ou grave", que não poderão ser excluídas da alíquota zero de IBS e CBS unicamente em razão do grau da deficiência ou do nível de suporte. Permanecem exigíveis, contudo, os demais requisitos legais relativos à condição do beneficiário, ao veículo, aos limites de valor e ao intervalo para utilização do benefício. (STF, ADIs nº 7.779 e nº 7.790, julgamento de 3 de agosto de 2026; Lei Complementar nº 214/2025, art. 149)

A implementação do IBS e da CBS ocorrerá de forma gradual, conforme o regime de transição da reforma tributária. Durante esse período, os benefícios referentes ao IBS e à CBS coexistirão com as regras próprias do IPI, do ICMS e dos demais tributos ainda vigentes, não sendo possível presumir que o reconhecimento de uma desoneração produza automaticamente efeitos sobre as demais. Cada benefício deverá ser requerido e comprovado de acordo com a

Ilegislação aplicável. (Emenda Constitucional nº 132/2023; Lei Complementar nº 214/2025)

ICMS e IPVA dependem de convênios, leis estaduais, características da deficiência, do veículo e do requerente; limites de valor e prazos de renovação podem ser alterados, devendo ser conferidos nos portais oficiais antes da compra. (Lei nº 8.989/1995; Lei nº 8.383/1991, art. 72; Convênio ICMS nº 38/2012 e alterações; legislação estadual aplicável)

No Estado de São Paulo, a isenção de IPVA para pessoa com deficiência exige o atendimento conjunto das condições relativas à pessoa, ao veículo e, quando houver, ao representante legal. A disciplina vigente prevê faixas de valor venal com isenção total ou parcial, razão pela qual o pedido deve ser instruído conforme as orientações atualizadas da Secretaria da Fazenda e Planejamento. (Lei Estadual nº 13.296/2008 e alterações; Decreto Estadual nº 65.337/2020 e alterações; regulamentação da Sefaz-SP)

Despesas médicas próprias ou de dependentes podem ser deduzidas do imposto de renda quando enquadradas nas hipóteses legais e devidamente comprovadas, descontados os reembolsos recebidos. (Lei nº 9.250/1995, art. 8º, II, “a”, e §§ 2º e 3º; Decreto nº 9.580/2018)

A Turma Nacional de Uniformização (TNU) dos Juizados Federais firmou a tese de que os gastos com instrução de pessoa com deficiência física, mental ou cognitiva são integralmente dedutíveis como despesa médica, inclusive em instituição de ensino regular. É prudente conservar laudos, notas fiscais, contratos e comprovantes e obter orientação individual antes da declaração ou da retificação. (Turma Nacional de Uniformização, Tema 324; Lei nº 9.250/1995, art. 8º; Decreto nº 9.580/2018)

A pessoa com deficiência tem prioridade no recebimento da restituição do imposto de renda, assim como o contribuinte que possua dependente nessa condição, desde que a informação seja corretamente prestada à Receita Federal. (Lei nº 13.146/2015, art. 9º, VI; Lei nº 9.250/1995, art. 69-A)

Resumo dos benefícios

NA COMPRA DO CARRO

R$ 200 mil
preço máximo do carro, com tributos (IBS e CBS)

R$ 70 mil
parcela do preço com alíquota zero

IPI FEDERAL
Isenção na compra de veículo, conforme as categorias da lei.

IBS e CBS NOVA REGRA
Alíquota zero para carro nacional, com limites de valor.

ICMS ESTADUAL
Depende de convênio e da lei de cada estado.

IPVA EM SÃO PAULO
Isenção total ou parcial, conforme o valor venal do veículo.

NO IMPOSTO DE RENDA

Despesas médicas
Dedutíveis, se comprovadas e previstas em lei.

Gastos com instrução
Dedutíveis segundo a TNU. Guarde comprovantes.

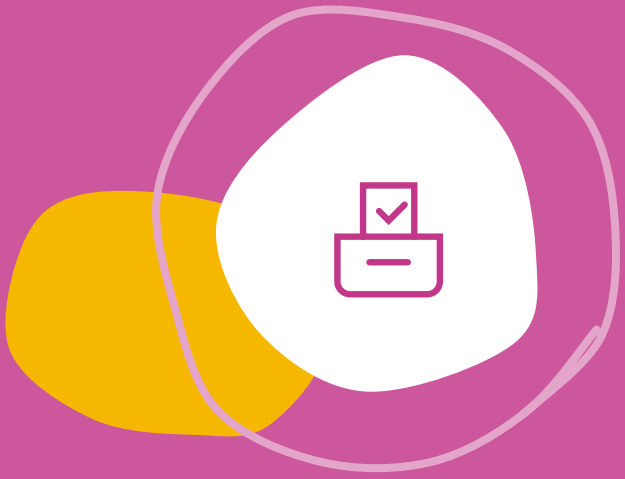
Restituição
Prioridade, inclusive para quem tem dependente com deficiência.

⚠ **Cada benefício é pedido separadamente.** Valores e prazos podem mudar: confira nos portais oficiais antes da compra.

Base legal: Lei nº 8.989/1995; LC nº 214/2025, art. 149; Convênio ICMS nº 38/2012; Lei Estadual nº 13.296/2008; Lei nº 9.250/1995; TNU, Tema 324

CAPÍTULO

12



AUTONOMIA & CIDADANIA

Autonomia, família e participação política

Direito à privacidade, à convivência familiar e comunitária, à sexualidade, à parentalidade e à livre escolha do projeto de vida.

A pessoa com deficiência tem direito à privacidade, à convivência familiar e comunitária, à sexualidade, à parentalidade e à livre escolha de seu projeto de vida. A esterilização compulsória é proibida, e a deficiência não pode justificar, por si só, perda de guarda, impedimento ao casamento, adoção ou institucionalização. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, arts. 19, 22 e 23; Lei nº 13.146/2015, arts. 6º, 11, 31 e 87)

Os direitos políticos devem ser exercidos em igualdade de condições, com locais, procedimentos, materiais e equipamentos de votação acessíveis. A pessoa com deficiência tem direito ao voto secreto e, quando solicitar, pode ser auxiliada por pessoa de sua escolha, sem que a curatela produza suspensão automática de seus direitos políticos. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 29; Lei nº 13.146/2015, art. 76; Constituição Federal, art. 15)

Na hora de votar



- **Voto secreto**
- **Local, materiais e urna acessíveis**
- **Ajuda de quem você escolher, se pedir**
- **A curatela não suspende o voto**

CAPÍTULO

13



AUTONOMIA & CIDADANIA

Identificação e comprovação de direitos

Não existe uma única carteira nacional obrigatória para que a pessoa com deficiência exerça todos os seus direitos.

Não existe uma única carteira nacional obrigatória para que toda pessoa com deficiência exerça todos os seus direitos, mas é possível incluir o número CID (Classificação Internacional de Doenças) no Registro Geral (RG).

Conforme o benefício, podem ser exigidos documento de identidade, laudo, avaliação biopsicossocial, cartão do BPC, comprovante de renda, cadastro em órgão local ou documento específico previsto na regulamentação. A exigência deve guardar relação com o direito solicitado e não pode criar barreira desproporcional. (Lei nº 13.146/2015, arts. 2º, § 1º, 4º, § 1º, 9º e 86)

Para pessoas com autismo, a CIPTEA é documento específico destinado a facilitar atenção integral, pronto atendimento e prioridade no acesso a serviços.

Sua existência não exclui outros meios de comprovação admitidos pela legislação, nem transforma a carteira em requisito universal para o reconhecimento da pessoa autista como pessoa com deficiência. (Lei nº 12.764/2012, arts. 1º, § 2º, e 3º-A, incluído pela Lei nº 13.977/2020)



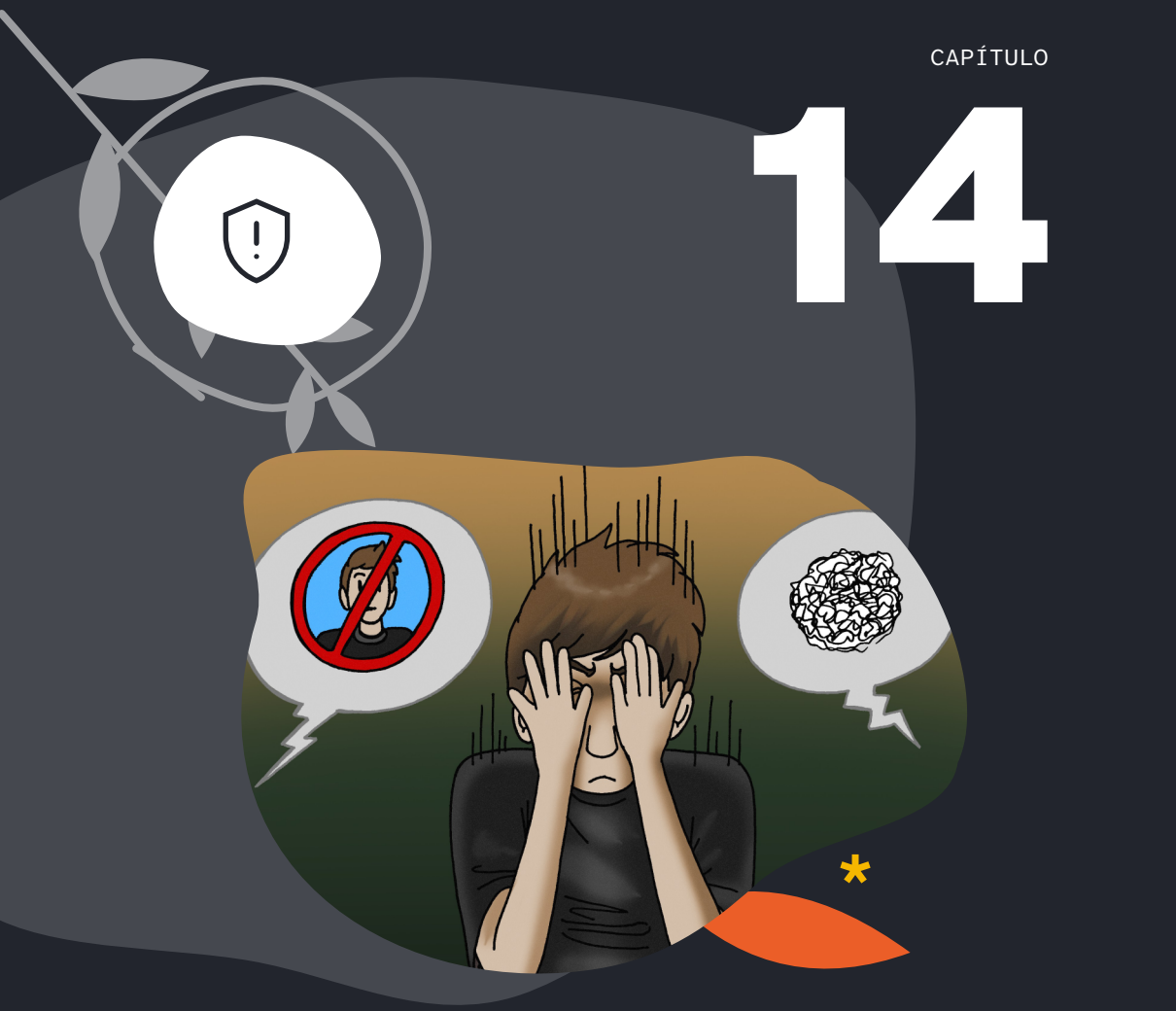
VOCÊ SABIA?

Não existe uma carteira única obrigatória para exercer seus direitos.

Mas você pode incluir o número do **CID** no seu RG.

CAPÍTULO

14



PROTEÇÃO & JUSTIÇA

Proteção contra violência e capacitismo

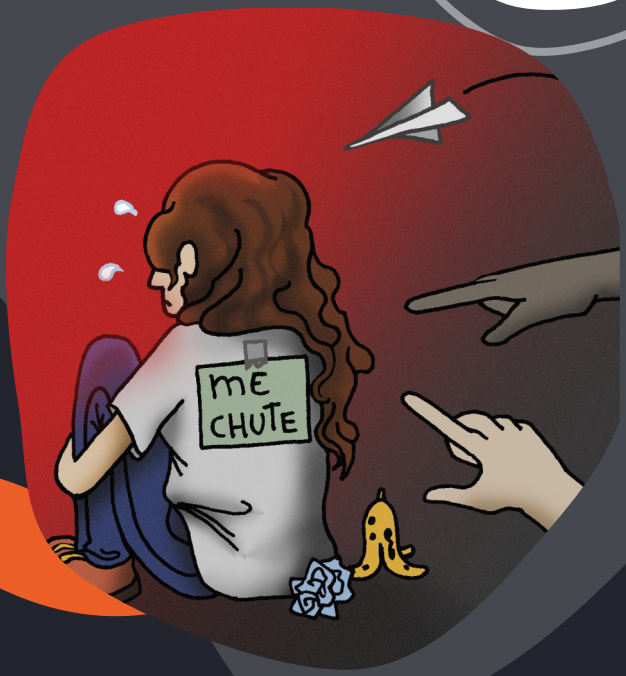
Praticar, induzir ou incitar discriminação contra pessoa com deficiência é crime, com pena de 1 a 3 anos e multa.

Reconhecendo a importância do respeito às pessoas com deficiência, a Lei nº 13.146/2015 ampliou e reforçou a proteção penal ao criminalizar a prática do Capacitismo, que é o crime de praticar, induzir ou incitar discriminação contra qualquer indivíduo em razão de sua deficiência, com previsão de pena de um a três anos, e multa (art. 88, caput). Para compreender essa proteção, deve-se ter em mente que a própria lei traz uma definição de discriminação que pode ser considerada na interpretação do referido artigo, qualificando-a como "**toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas**" (art. 4º, § 1º). Assim, a criminalização não se restringe a ofensas verbais e pode abarcar outras formas de tratamento discriminatório. Além disso, a lei não limita o crime a quem praticar diretamente a discriminação, responsabilizando também aqueles que dão a ideia (induzem) ou instigam, promovem (incitam) a discriminação. E, se a vítima estiver sob cuidado e responsabilidade do agressor, a pena será aumentada em um terço (art. 88, § 1º).

A Lei nº 13.146 também se preocupou em punir de forma mais severa quando a discriminação ocorre por meios de comunicação social ou publicações de qualquer natureza, prevendo pena de dois a cinco anos, e multa nessas hipóteses (art. 88, § 2º). Isso significa que postagens, comentários, vídeos ou outras formas de publicação, seja em redes sociais, seja em jornais, revistas, blogs, também podem gerar responsabilizações criminais de seus autores, demonstrando que a proteção da pessoa com deficiência deve ser garantida em todos os ambientes, incluindo os digitais, onde esses conteúdos podem alcançar milhares de pessoas e permanecer indefinidamente. Ademais, nesses cenários, o juiz pode determinar o recolhimento dos materiais discriminatórios (art. 88, § 3º, inciso I) ou a interdição das mensagens ou páginas de internet (art. 88, § 3º, inciso II) antes mesmo da sentença final, nada impedindo que a própria vítima, entidades de defesa das pessoas com deficiência ou órgãos estatais, incluindo o Ministério Público, formulem requerimentos nesse sentido. Por fim, em havendo condenação definitiva, os materiais apreendidos deverão ser destruídos (art. 88, § 4º)

CAPÍTULO

15



PROTEÇÃO & JUSTIÇA

Bullying

A pessoa com deficiência também pode ser vítima dos crimes de bullying e cyberbullying, previstos no Código Penal.

Além do crime de capacitismo, a pessoa com deficiência também pode ser vítima do crime de bullying e cyberbullying, previstos, respectivamente, no artigo 146-A e 146-A, § único, do Código Penal. Enquanto o crime de capacitismo, previsto no art. 88 da Lei 13.146/2015, é configurado com a conduta do agente que discrimina a pessoa com deficiência, o crime de bullying, que pode ser praticado também contra pessoas deficiência, é consumado a partir de ações física ou psicológicas consistentes em: (1) atos de intimidação; (2) atos humilhação; (3) atos de discriminação; (4) ações verbais; (5) ações morais; (6) ações sexuais; (7) ações sociais; (8) ações psicológicas; (9) ações físicas; (10) ações materiais; (11) ações virtuais. Essas ações reiteradas e sem motivação configuram o crime de bullying, apenado com pena de multa. Caso sejam praticadas por meio da rede mundial de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real, restará configurado o crime de cyberbullying. A pena prevista nesta hipótese é de dois a quatro anos de reclusão e multa.

O crime de bullying é um crime residual que só vai ser configurado se outro mais grave não ficar consumado, por exemplo, se a vítima for reiteradamente intimidada em razão da sua deficiência e essa ação caracterizar uma forma de discriminação, o crime praticado será o de capacitismo, previsto na Lei 13.146/2015, pois é a lei específica para discriminação de pessoas com deficiências, e o crime previsto no artigo é 88 desta lei é mais grave (reclusão de 1 a 3 anos) do que o crime previsto no artigo 146-A do Código Penal (multa, se a conduta não constituir crime mais grave).

Na hipótese de restarem preenchidos os requisitos para a configuração do bullying, a deficiência da vítima poderá justificar a aplicação da agravante genérica prevista no artigo 61, inciso II, alínea "h", do Código Penal, desde que tal condição se enquadre no conceito de enfermidade e tenha facilitado a execução do crime ou limitado a capacidade de defesa do ofendido. Por fim, caso a vulnerabilidade da pessoa com deficiência não caracterize uma agravante ou causa de aumento, o magistrado ainda poderá elevar a pena-base na primeira fase da dosimetria, com fundamento no artigo 59 do Código Penal, valorando negativamente a culpabilidade do autor ou as circunstâncias do crime pelo aproveitamento de tal condição.

CAPÍTULO

16



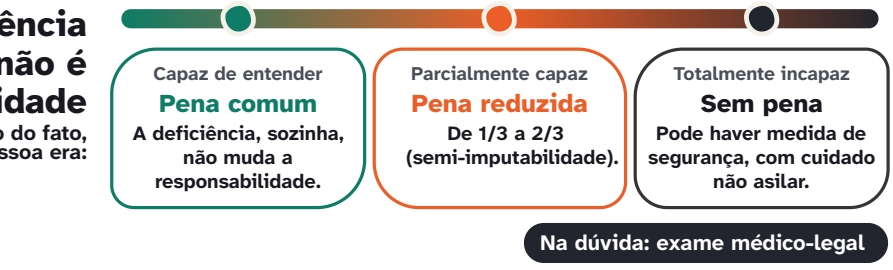
PROTEÇÃO & JUSTIÇA

Punibilidade

Deficiência não é incapacidade — e esse paradigma também deve ser observado na justiça criminal.

A Lei n.º 13.146/2015 estabelece que a deficiência não afeta a plena capacidade civil do indivíduo (art. 6º) e assegura o exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 84). Embora tais normas tratem diretamente da capacidade civil, elas expressam importante paradigma: deficiência não é incapacidade, o que deve ser observado também na justiça criminal (arts. 79 e 81). O Código Penal estabelece que é isento de pena o agente que, por "doença mental ou de desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento", tratando-se de verdadeira inimputabilidade (art. 26). Assim, não basta que a pessoa tenha uma deficiência, deve-se sempre verificar se, no momento da conduta, suas capacidades de entendimento e orientação estavam afetadas, havendo inclusive situações intermediárias. Nesse sentido, se a pessoa, "em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado", não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, sua pena poderá ser reduzida de um a dois terços, sendo caso de semi-imputabilidade (art. 26, parágrafo único, Código Penal). Por fim, quando há dúvida sobre a capacidade mental do sujeito, o Código de Processo Penal possibilita a realização de um exame médico-legal (art. 149), inclusive durante a fase de investigação, para que sejam avaliadas as condições daquela pessoa e sejam respeitados seus direitos e garantias.

ambiente terapêutico não asilar, pelos meios menos invasivos possíveis (art. 3º, inciso VII), com foco no tratamento em benefício à saúde, reabilitação psicossocial e inclusão social (art. 3º, inciso VI). Por fim, é importante rememorar a inadmissibilidade da segregação do inimputável em estabelecimento prisional comum (art. 13, § 1º), mesmo para aguardar vaga para outro estabelecimento.



CAPÍTULO

17



PROTEÇÃO & JUSTIÇA

Acesso à Justiça e providências diante da violação

A pessoa com deficiência tem direito de acessar a Justiça em igualdade de condições, com adaptações e comunicação acessível.

A pessoa com deficiência tem direito de acessar a Justiça em igualdade de condições, com adaptações processuais, comunicação acessível e recursos de tecnologia assistiva, seja como parte, testemunha, advogada, defensora, magistrada ou integrante do Ministério Público. Seus processos judiciais e administrativos têm prioridade de Tramitação. (Lei nº 13.146/15, art. 9º)

Serviços notariais e de registro não podem negar atendimento nem impor condições diferenciadas em razão da deficiência. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 13; Lei nº 13.146/2015, arts. 79, 80 e 83)

Diante de uma negativa, é recomendável solicitar a decisão e sua fundamentação por escrito, reunir documentos, registrar protocolos, preservar mensagens e comprovantes e identificar o prejuízo concreto causado pela barreira.

Conforme o caso, podem ser acionados ouvidorias, órgãos de fiscalização, conselhos de direitos, Procon, ANS, ANAC, Ministério Público, Defensoria Pública ou advogado de confiança, inclusive para medidas urgentes. (Constituição Federal, art. 5º, XXXIV, XXXV e LXXIV; Lei nº 13.146/2015, arts. 7º, 8º, 79 e 93)

A tutela dos direitos pode ser individual ou coletiva. Associações, Ministério Público, Defensoria Pública e outros legitimados podem buscar medidas destinadas a interromper práticas discriminatórias, reparar danos e assegurar acessibilidade para grupos de pessoas, especialmente quando a mesma barreira atinge toda uma comunidade. (Lei nº 7.853/1989, arts. 3º a 7º; Lei nº 13.146/2015, art. 79, § 3º; Lei nº 7.347/1985)

NA JUSTIÇA

Seus processos têm prioridade de tramitação.

E você tem direito a adaptações, comunicação acessível e tecnologia assistiva — como parte, testemunha ou profissional.

Recebeu uma negativa? Siga estes passos.

1. Peça a decisão e o motivo **por escrito**.
2. Reúna os **documentos** do caso.
3. Anote os números de **protocolo**.
4. Guarde **mensagens e comprovantes**.
5. Identifique o **prejuízo concreto** causado pela barreira.

A QUEM RECORRER

Ouvidorias · **Órgãos de fiscalização** · **Conselhos de direitos** · **Procon** · **ANS** · **ANAC** · **Ministério Público** · **Defensoria Pública** · **Advogado de confiança**

Ação coletiva

Quando a mesma barreira atinge muitas pessoas, associações, Ministério Público e Defensoria podem agir pelo grupo.

Cartórios

Não podem negar atendimento nem impor condições diferentes por causa da deficiência.

> **Conhecer direitos é também uma forma de superar barreiras.**

Edição e Distribuição da Editora IASP

Os autores desta obra gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e conceitos emitidos em seu trabalho.

Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP
CNPJ 43.198.555/0001-00
Av. Paulista, 1294 - 19° andar - CEP 01310-915
São Paulo - SP - Brasil
Fundado em 29 de Novembro de 1874

Site: **www.iasp.org.br**

E-mail: **iasp@iasp.org.br**

Diogo Leonardo Machado de Melo - Presidente do IASP

Frederico Prado Lopes - Diretor da EDITORA IASP

Raphael Crocco Monteiro - Assessor da EDITORA IASP

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.
A violação dos direitos autorais é punível como crime

(art. 184 e parágrafos do Código Penal, e arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Revisão: Autores da Obra

Diagramação, projeto gráfico e capa: Eduardo Pedro - du@eduardopedro.com.br

Impressão: Docuprint

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

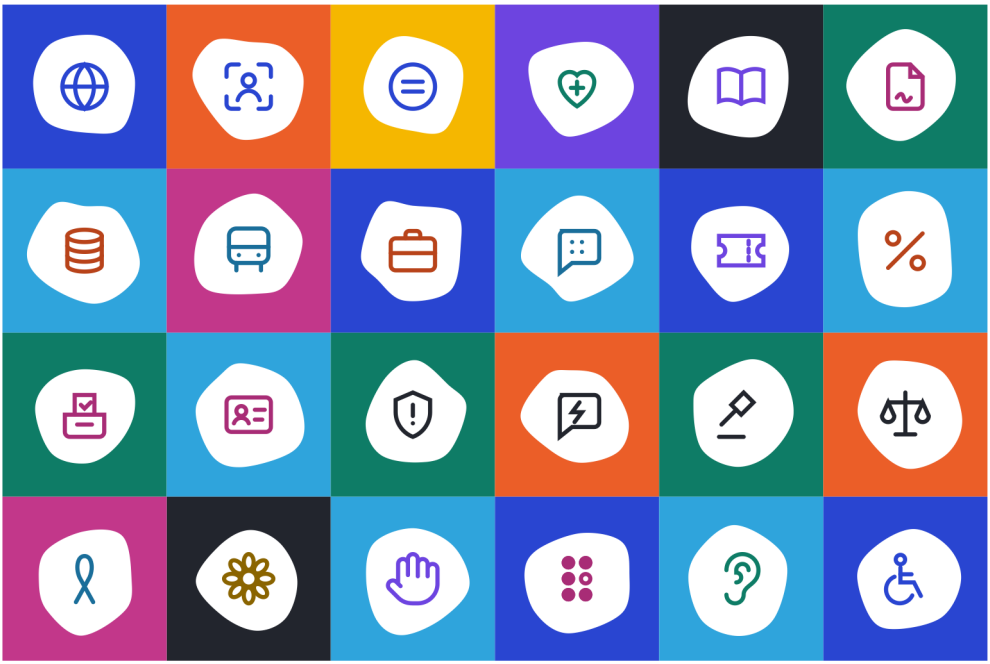
C327 Cartilha de direitos humanos: direitos das pessoas com deficiência: igualdade, autonomia, acessibilidade e participação social / elaboração Camila Varella ... [et al.] ; ilustração Camila Alli Chair. - São Paulo : Editora IASP, 2 26.
60 p. : il., color. ; 21 cm.

ISBN 978-65-87082-45-5

1. Direitos humanos. 2. Direito civil. 3. Preconceito. 4. Discriminação racial. I. Varella, Camila (elab.), Chair, Camila Alli (il.). Silmara Juny de Abreu. III. Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). IV. Título.

CDD 342.7
CDU 342.7.056.2

Bibliotecária Responsável: Aline Amarante Pereira - CRB 8/9549



Esta é uma cartilha dirigida àqueles que não têm fácil acesso aos instrumentos do Direito e da Justiça, mas precisam estar informados sobre os direitos das pessoas com deficiência.

IASP
INSTITUTO
DOS ADVOGADOS
DE SÃO PAULO

Essa cartilha está disponível em PDF.

ISBN 978-65-87082-45-5

EDITORA
IASP